

Urbanização e preservação cultural: caso do Bairro das Chicalas em Luanda

Urbanization and cultural preservation: a case study of the Chicalas Neighbourhood in Luanda

Aurea Bianca Vasconcelos Andre(1); Jessica de Almeida Polito(2)

1 Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC), Engenheiro Coelho, SP, Brasil.

E-mail: aureaandre16@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1638-9482>

2 Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC), Engenheiro Coelho, SP, Brasil.

E-mail: jessica.polito@unasp.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5556-6699>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 9, n. 1, p. 81-95, Janeiro-Junho, 2020 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2020.v9i1.3772>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Grace Tibério Cardoso

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

O processo de urbanização em Luanda tem sido pontual, sendo priorizadas as áreas centrais da cidade e negligenciando-se os projetos habitacionais para a população mais pobre. Os planos de requalificação tendem a ser planos com propostas duvidosas, se analisados sob a ótica dos grandes debates urbanísticos que abordam a integração social e o direito à cidade. Prevaecem interesses financeiros e finalidades corporativistas, e não a melhoria da qualidade de vida dos moradores que, frente a realidade latente, não se reconhecem enquanto unidade populacional. O plano de requalificação da Baía de Luanda, na qual Chicala faz parte, envolve destruições de bairros informais em seu entorno. Discute-se aqui as implicações desta reforma urbanística e seus impactos no bairro da Chicala, à luz da segregação territorial, identidade cultural, políticas públicas habitacionais e o habitat. Frente aos impasses de uma gestão territorial conturbada e direcionada, e as ações que reforçam a desigualdade social, sugere-se, aqui, uma reflexão sobre a requalificação e a preservação cultural aplicados a este bairro. O pensamento global aliado às ações locais promovem diálogos com as experiências internacionais que podem contribuir para a gestão do território de modo coerente, tendo em vista a sua unidade cultural e os interesses de seus habitantes.

Palavras-chave: Chicala. Urbanização de Luanda. Segregação sócio-espacial e cultural. Cidade Informal. Direito à cidade.

Abstract

The process of urbanization in Luanda has been timely, with the central areas of the city prioritized and neglecting housing projects for the poorest population. The requalification plans tend to be plans with dubious proposals, if analyzed from the perspective of the great urban debates that approach social integration and the right to the city. Financial interests and corporatist purposes prevail, not improving the quality of life of residents who, faced with the latent reality, are not recognized as a stock. The requalification plan for Luanda's Bay, in which Chicala is part, involves the destruction of informal neighborhoods in its surroundings. It discusses the implications of this urban reform and its impacts in the Chicala neighborhood, in the light of territorial segregation, cultural identity, public housing policies and habitat. Faced with the impasses of a troubled and directed territorial management, and actions that reinforce social inequality, it's suggested here a reflection on the requalification and cultural preservation applied to this neighborhood. Global thinking, combined with local actions, promotes dialogues with international experiences that can contribute to the management of the territory in a coherent way, in view of its cultural unity and the interests of its inhabitants.

Keywords: Chicala. Urbanization of Luanda. Socio-spatial and cultural segregation. Informal City. Right to the city.

1 Baía, o Aterro e as Chicalas

Após conquistar a sua independência dos colonos portugueses, Angola passou por uma longa e duradoura guerra civil que durou aproximadamente 30 anos. Esta guerra civil ocorreu no interior do país e tal fato contribuiu para um êxodo rural acelerado, fazendo das cidades mais desenvolvidas alvo de migração em busca de segurança e melhores condições de sobrevivência. Deste modo, Luanda acabou se tornando um dos destinos mais procurados por aqueles que buscavam reconstruir suas vidas, especialmente quanto ao aspecto econômico como indica Andreia Bettencourt (2011).

A guerra civil teve consequências, entre elas o êxodo rural que promoveu ocupações irregulares em zonas inapropriadas tais como os vazios urbanos que se configuraram no tecido urbano, frente ao crescimento desordenado. As Áreas verdes, antigas áreas de lazer e zonas de risco acabaram por ceder seus limites aos assentamentos informais.

Mingas e Moreira (2013, p. 23) afirmam que, apesar de serem considerados desordenados dentro dos parâmetros urbanísticos, os bairros informais que se formaram a partir deste quadro de contínua migração seguem um padrão de estrutura organizacional próprio - obedecem a princípios socioculturais e se estruturam em núcleos plurifamiliar.

O bairro da Chicala é um bairro informal que surgiu em um aterro situado no litoral da capital angolana. Segundo Ângela Mingas, a palavra Chicala é uma adaptação portuguesa da palavra *Kikala* – oriunda de um dialeto angolano, que se refere ao núcleo sobrevivente das sanzalas¹ localizadas a sul da restinga Ilha do Cabo (MINGAS; MOREIRA 2013, p. 23).

Está situado numa região nobre da capital angolana, tendo em seu entorno zonas economicamente privilegiadas, dado as principais atividades comerciais lá exercidas; e zonas residenciais de uma elite política, diplomática e financeira nacional ou formada por grandes empresas multinacionais instaladas no país.

Entretanto a Chicala apesar de seu entorno não é um bairro nobre, mas sim um *musseque* - palavra de origem quimbundo² que significa areia vermelha, uma toponímia que descreve seu local de origem. O termo surgiu a partir da necessidade popular de se compreender e minimamente organizar o realojamento de pessoas em zonas periféricas, mediante as demolições das cubatas³ ocorridas em 1862. Tais demolições foram oficializadas com normas governamentais, que buscavam inserir no território angolano valores urbanísticos europeus - um reflexo das grandes reformas observadas nas grandes capitais, a exemplo da reforma proposta por Eugene Haussmann, em Paris.

1 Sanzalas: do quimbundo senzala, aldeia.

2 Quimbundo é um dialeto falado na região noroeste de Angola.

3 Cubatas – casas feitas de adobe geralmente assentadas nas zonas rurais.

Os *musseques* não são a cidade formal, mas fazem parte dela, são o lado informal. O *musseque* surge na cidade grande, onde a hipótese de melhorar de vida faz mudar o local de vida, levando [consigo] as bases da origem de quem parte, a atividade agrícola e a forma de se relacionar com o espaço. (FONTE, 2007, p. 110).

Isto é, a migração da população que antes habitava as áreas das restingas da Ilha de Luanda para o território da Chicala provocou uma situação de contraste, pois o novo local aonde ela foi se inserindo distou-a de seu local de origem. O novo entorno marcado pelo centro histórico e administrativo, a Avenida Dr. Agostinho Neto, Cidade Alta, a Fortaleza de São Miguel, a Baía da Samba e Oceano Atlântico forçaram uma adaptação e ao mesmo tempo uma ressignificação deste modo de habitar, de se ver e de se reconhecer enquanto sujeito, na cidade. Desta forma, o *musseque*, visto como uma unidade sócio espacial e de modos de vida, concede ao bairro da Chicala uma característica fronteiriça frente ao tecido urbano planejado pelas administrações anteriores.

Este modo de vida se faz presente nos 3 bairros denominados por Chicala I, II e III. E a existência desta sequência de bairros de mesmo nome aponta para o latente crescimento da informalidade no tecido urbano de Luanda. É uma espécie de “informalidade oficializada”, posto que existe uma hierarquia histórica que ordena a consolidação destes bairros. Segundo Ângela Mingas (2013, p. 23), a Chicala I teve início no século XX e corresponde a maioritariamente do povo de origem Axilwanda⁴, já os bairros da Chicala II e III são resultado da expansão do bairro que surgem nas décadas dos anos 80 e 90 correspondendo a uma população proveniente de outras províncias do país.

Ainda que neste exato momento a expansão continuasse, ela não seria em direção ao centro histórico da cidade, pois a Av. Dr. António Agostino Neto cria uma barreira imaginária dividindo o que é compreendido como cidade formal ou Cidade Alta daquela entendida como informal ou Cidade Baixa (as Chicalas). Uma possível nova expansão não atravessaria a avenida sentido morro da Fortaleza de São Miguel (cidade formal), mas seguiria ao longo da avenida adjacente, sentido à Chicala III. Na figura 2 observa-se o crescimento das 3 Chicalas ao longo dos anos. Nota-se o que surgiu após a remoção forçada dos habitantes da Chicala III.

Embora os *musseques* carreguem uma conotação negativa nos dias de hoje esses assentamentos guardam consigo elementos históricos da tradição cultural angolana – detêm riqueza imaterial – fato que se opõe à riqueza material dos bairros vizinho, se esta for observada a partir das soluções arquitetônicas e urbanísticas do contexto capitalista contemporâneo. Fechar os olhos para os saberes, fazeres e toda a imaterialidade presente nestes ambientes resvala, para além das questões urbanísticas, nas instancias que se debruçam sobre o debate patrimonialista e preservacionista.

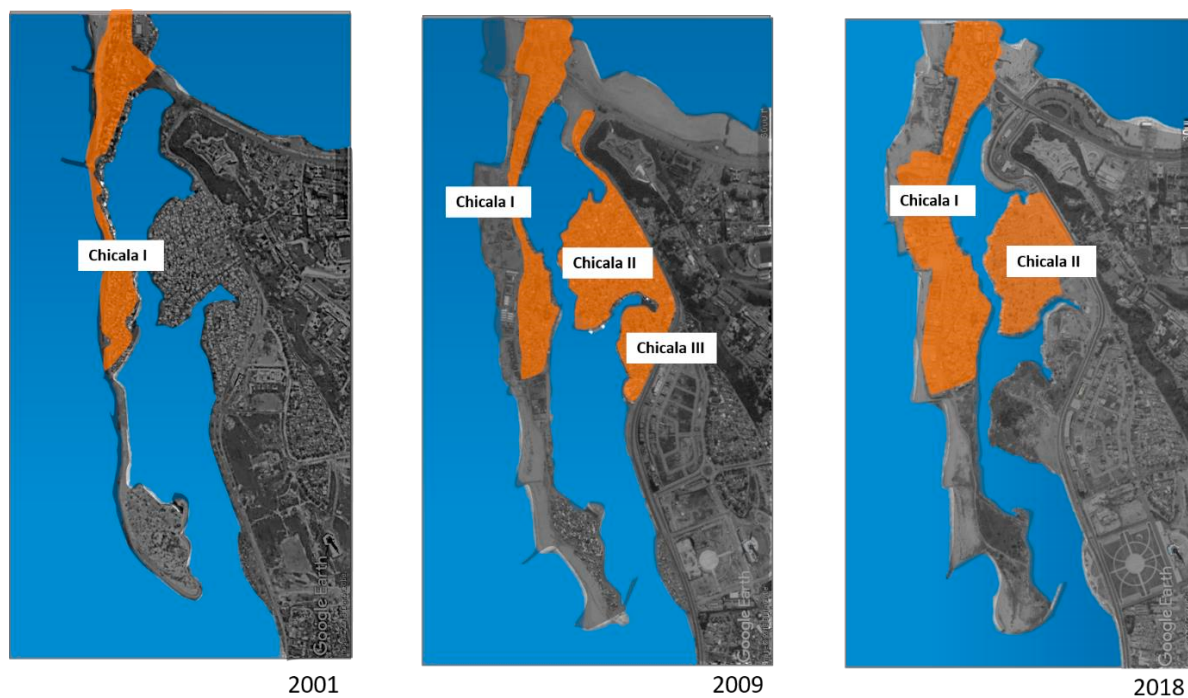
4 Axilwanda: axiluanda (sing. muxiluanda), comunidade da ilha de Luanda

Figura 1 – Mapa do entorno



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Maps, 2019.

Figura 2 – Mapa de desenvolvimento da tríade da Chicala ao longo dos anos de 2001-2018



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2019.

Seja qual for a abordagem, é sensível que o apartamento e o negligenciamento dos musseques não devem prevalecer como uma realidade, nem tampouco serem tratados como indesejados nas cidades angolanas. Os *musseques* são subprodutos de um processo de urbanização sem planos inclusivos e, curiosamente, de ressignificação da própria matriz cultural. Existe, portanto, uma urgência em se repensar, redesenhar, reestruturar e reintegrar o tecido urbano Luandense⁵.

Estudar e analisar as Chicalas com parâmetros urbanísticos angolanos ajuda a compreender os fenômenos complexos da cidade e seu contexto histórico-político. Olhar a cidade com um filtro de ideias externas ajuda a estabelecer uma relação entre os parâmetros urbanísticos angolanos e universais. Portanto, sobre o pensar global e agir localmente, verifica-se neste contexto de Luanda uma oportunidade para a exploração do tema, bem como a análise da possibilidade interpretativa que usam das teorias internacionalmente conhecidas para tratar das questões específicas – cabe a delicadeza e o respeito que se espera quando o assunto é o habitat humano.

Neste sentido conceitos como vazio urbano, segregação, paisagem cultural e direito à cidade tal qual abordados pelas autoras Jane Jacobs, Raquel Rolnik, Saskia Sassen e Ermínia Maricato contribuem para o estudo multidisciplinar - tendo a vertente urbanística como a principal ferramenta de análise.

2 Criou-se um solo, mas não a gestão dele

Em Angola, no período colonial os “escravos soltos”⁶ tinham habitação própria. Geralmente essas habitações tinham características de arquitetura vernacular africana como poucas janelas, reboque de adobe, pau-a-pique e telhado com de forma “V” (ANDRE; POLITO; MARANGONI, 2018, p. 14), agrupadas dentro de sanzalas⁷. Essa arquitetura vernacular, que noutrora era adotada por cubatas construídas dentro de quintais, acabaram transbordando os limites dos quintais e se assentaram em espaços livres da cidade.

Em *Luandando*⁸ o escritor Pepetela menciona que no período colonial em Luanda existia uma cidade branca e uma cidade africana. A cidade africana localizava-se longe

5 Luandense: Gentílico de quem nasce em Luanda.

6 Escravos soltos: os escravos dos colonizadores que possuíam uma profissão, que tinham família constituída, ou podiam constituí-la, e que viviam na sua própria habitação.

7 O termo Sanzala, aqui, é empregado segundo o seu significado na cultura Angolana, significando um assentamento informal em área rural no interior de Angola. É diferente do sentido atribuído ao termo Senzala, no Brasil. As senzalas brasileiras, presentes na economia açucareira e cafeeira (até o século XIX), eram estruturas lineares ou em “L”, erigidas em taipa de mão e de pilão, e que abrigavam, sem quaisquer recursos de conforto, os escravos de origem africana que eram propriedade do Senhor de Engenho ou Fazendeiro das grandes lavouras de café.

8 Luandando livro do escritor Pepetela.

dos centros urbanos (cidade branca). Luanda como outras cidades colonizadas herdou, no espaço urbano, características arcaicas em sua divisão territorial.

Após a guerra civil, algumas intervenções têm sido feitas para requalificar regiões pontuais da cidade- projetos urbanísticos, paisagísticos e esculturas trazem uma nova paisagem ao tecido urbano. Porém, esses projetos tendem a beneficiar uma classe social com poder aquisitivo maior em comparação os demais, a fim de trazer retorno financeiro ao setor privado, deixando planos de desenvolvimento urbano nos bairros informais em quantidade pouca ou quase inexistentes. (PAULINO, 2016).

Em 2017 a *Revista Economia Ao Mundo* considerou Luanda como a cidade mais cara do mundo, entretanto estima-se que 80% do tecido urbano luandense seja composto de *musseques* e maioria da sua população viva em condições precárias (GASTROW, 2017). Essa desigualdade social é refletida no desenho urbano da cidade: a falta de interesse em propor habitações de interesse social foi um dos motivos causadores da consolidação e expansão dos referidos *musseques*.

O título da “Cidade Mais Cara do Mundo” não anulou a extrema pobreza urbana, a discrepância é evidenciada por barreiras sociais e muitas vezes barreiras físicas, como no caso da Chicala em que a Avenida Dr. Agostinho Neto simboliza a divisão entre a cidade formal e a cidade informal. Essa segregação territorial põe em pauta o direito à cidade e destaca um questionamento pertinente, apesar já bastante praticado em outros contextos: se a relação do sujeito com o espaço pode ou não definir o tecido urbano.

A gestão territorial não deve apenas acompanhar as tendências de exclusão social e as estratégias que beneficiarão retorno financeiro ao mercado imobiliário, tal como Ermínia Maricato (2002) afirma:

Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético “urbanês”. É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano. (MARICATO, 2002, p. 4).

Aplicando-se esse olhar ao contexto de Luanda, possivelmente um dos primeiros passos seria de substituir neste presente trabalho o termo *musseque* por bairro, com intuito de amenizar as representações sociais e conotações negativas. Entender Chicala como bairro já consolidado e carente de diretrizes urbanísticas e não como *musseque* (conotação negativa), é uma tentativa de desenvolver um novo contexto urbano mais inclusivo e desconstruir o analfabetismo urbanístico nesta cidade.

O território da Chicala é resultado de um aterro na região da Baía de Luanda, que teve seus impactos ambientais e topográficos na geografia da cidade. Esse vazio urbano, proveniente do aterro, no litoral de Luanda, tem sido invadido, constantemente, pela população pobre, frente a ausência de investimentos em programas de habitação social ou processo lento de urbanização dos demais bairros distantes do centro da cidade. Em uma entrevista, a socióloga Saskia Sassen expõe uma possibilidade de compreensão do espaço vazio como sendo o que ela denominou por uma “amnesia urbana”. Neste sentido, Sassen (2017) destaca que o esquecimento ou negligenciamento da própria história e dos motivos que levaram à configuração de um cenário atual acabam por impulsionar a invasão de espaços citadinos, públicos ou privados, por parte da população que além de ser desprovida de atenção e cuidados da gestão, também não se reconhece e também se sentem pertencer a estes novos espaços.

Não muito diferente do cenário observado em diversas cidades do globo, sob a égide do capitalismo exacerbado, os bairros irregulares de Luanda, localizados em zonas de interesse para o mercado imobiliário sofrem demolições e remoções forçadas, muitas não acompanhadas de realojamentos. De acordo com o relatório feito pelo Human Rights Match⁹, as demolições eram feitas sem pesquisa, apuração ou conhecimento sobre a situação legal das residências e “envolveram frequentemente intimidação, bem como violência e destruição desnecessárias, que originaram por vezes reações de confronto das pessoas que perderam as suas casas e os seus bens”. (VIANA, 2016).

Um dos casos mais chocantes foi a da Chicala III em 2014, aonde os moradores foram removidos forçadamente por agentes da Polícia Militar, sem aviso e sem indenização. Os agentes cercaram o bairro impossibilitando os moradores de entrarem ou saírem. Dezenas de crianças ficaram sem escola e interromperam o ano letivo. No local das demolições foram propostos novos empreendimentos e edifícios de luxo.

David Harvey aponta (2012, p. 81) que “a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar. “Infelizmente essa qualidade de vida não incluiu todos cidadãos conforme salientou Luís Araújo, um ativista angolano da ONG SOS Habitat: “o governo angolano não encara a maioria dos angolanos como cidadãos, logo não têm direito à cidade.”.

Essa afirmação aponta para uma violação da constituição angolana no que tange direito a habitação. Consta no capítulo III, Direitos e Deveres Econômicos, Sociais e Culturais, no artigo 85º, o seguinte: “Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida”. Ou seja, esse direito vem acompanhado não só de uma moradia, mas também com melhores condições de vida.

9 Human Rights Watch é uma ONG internacional defensora dos direitos humanos e realiza pesquisas de campo. ¹² Grifos retirados da discussão sobre o “Direito à Cidade” em Luanda e Maputo, realizada na Faculdade de Arquitetura - UL (11- 12-15)

As habitações angolanas seguem o mesmo modelo que as brasileiras e chilenas, têm pouca qualidade estrutural e arquitetônica, são segregadas e reproduzem espaços degradados. A relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik aconselha a se usar como base o direito humano à moradia dentro das políticas habitacionais, para se compreender que a habitação vai além de ter “uma casa e quatro paredes que você compra no mercado e leva”. (ROLNIK, 2012).

Esse plano de reconstruir Luanda, tal qual visam os novos empreendimentos e construções luxuosas, negligencia projetos de moradias para a população mais pobre. Entretanto expurgar a pobreza para obter um cartão postal de uma democracia moderna não elimina o problema, mas sim cria outro, como alerta Rolnik (2018, p. 2): “cada remoção é um estímulo para uma nova ocupação”.¹⁰

Figura 3 – Mapa expondo a desigualdade e organização dos bairros, onde a avenida serve como barreira literal



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2019.

A remoção forçada e demolições sem realojamento não só tiram o direito à moradia, mas também privam a população de uma moradia digna. A pobreza urbana não é a falta de edifícios de luxo e residências, ela está pautada em uma gestão territorial precária. O professor e autor Pedro Demo, afirma que “ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter.” (DEMO, 1993, p. 2).

O bairro que sofreu com o avanço das demolições foi Chicala III, e os seus moradores não foram realojados de imediato. A consequência desse processo

10 Autora possui um blog, “Raquel Rolnik” Cada Remoção Uma Nova Ocupação. 03/05/2018. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2018/05/03/a-cada-remocao-uma-nova-ocupacao/>. Acessado em: 07 abr. 2019.

indiscriminado de readaptação e reestruturação foram os assentamentos provisórios que estes moradores precisaram criar, a fim de evitarem ficar desprovidos de teto. Daí então, um novo impacto chegou à paisagem: a execução de centenas *de casas de chapa*¹¹, que passaram a ser construídas nas áreas que originalmente eram plataformas de drenagem.

A população se apropriou daquelas plataformas e do contexto a sua volta, de tal modo que na ocasião da realocação destes moradores, muitos dos beneficiados optaram por vender suas casas novas regulares e localizadas nos bairros distantes dessa região central, ou aluga-las. Esta opção, que em primeiro momento pode parecer estranha, está diretamente relacionada à dinâmica do cotidiano, onde a falta de recursos financeiros faz com que optem por permanecer próximos às áreas comerciais e de trabalho, ao ter uma moradia minimamente mais adequada. Em uma comparação, tal cenário não se diferencia daquele encontrado nas paisagens cariocas da cidade do Rio de Janeiro – RJ.

A habitação informal, em áreas de risco e deslizamento, os morros ocupados sem diretrizes urbanísticas, as residências precárias e falta de infraestrutura urbana se contrapõem às urgências da vida comum – onde o trabalho e o sustento muitas vezes se localizam nos bairros luxuosos ao redor das favelas. Em comum, a marginalização, a precariedade, a falta de políticas públicas e um saber fazer e ser que acaba autogerindo a lógica de ocupação espacial nessas áreas.

No caso de Luanda, algumas dessas novas habitações destinadas à população alocada sob as plataformas foram entregues sem a obra sequer estar concluída (alvenaria, água canalizada, cobertura)¹². Além disso, essas residências arquitetonicamente melhor estruturadas não albergavam as inúmeras famílias desprovidas de necessidades latentes à sobrevivência: eram isoladas dos serviços públicos e os moradores não tinham acesso a uma mobilidade urbana eficiente, sendo que essas habitações se situavam 50 km do centro da cidade.

Neste amplo cenário conflituoso, a demolição da Chicala III significa, também, a demolição da identidade cultural do povo que lá reside e outros hábitos e costumes presentes oriundos da cultura Luandense. Consequentemente, a violação do artigo 87 parágrafo primeiro, que estabelece: “Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística”.¹³

Um dos exemplos de aplicação da importância de se pensar o habitat poderia ser ilustrado pelo povo Axilwanda, que reside na Chicala I. Este grupo tem como prática a pesca e *Kakulo*¹⁴, realocá-los pode ser uma mudança radical ao seu estilo de vida e influenciará na atividade produtiva do povo e das futuras gerações que podem vir a perder ou se distanciar de sua identidade e sentido de grupo/comunidade.

11 Casas de Chapa: casas autoconstruídas feitas de telha de aço.

12 Informação coletada por meio de Entrevista a um antigo morador da Chicala III.

13 Primeiro item que consta no artigo 87º do capítulo III, Direitos e Deveres Econômicos, Sociais e Culturais, da Constituição Angolana, 2010.

14 Juntam rituais dedicados à Kyanda (espíritos das águas). (MINGAS, 2012).

Por isso, falar em território é compreender que não se trata estritamente de um espaço físico ou administrativo de divisão geográfica. Segundo Milton Santos (2002, p. 43) o território envolve não só “heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.” Entender essa riqueza é um passo a melhoria de políticas públicas urbanas angolanas. Ao se tratar de identidade cultural é primordial compreender que o moderno e o tradicional podem conviver no mesmo espaço, mutualmente possibilitando que a diversidade possa ser vivenciada pelos agentes sociais. (ROSA, 2008, p. 31).

Em 1960, a Jane Jacobs já debatia sobre a valorização da diversidade em planos urbanos. Em sua teoria, a especialista afirma que os bairros mistos pensados para as pessoas, propõem segurança e vitalidade nas cidades. A autora debate também que diversidade de espaços permite um fluxo de pessoas diferenciadas e uma expressão de vida urbana. Jan Gehl também compartilha da mesma linha de raciocínio de Jacob, ele entende que a diversidade em usos quer seja de circulação ou permanência, impulsiona os usos de espaços públicos na cidade e reforçam sua função social. (GEHL, 2013).

O processo de urbanização deve incluir um planejamento urbanístico de bairros mistos, zonas produtivas, espaços de qualidade, espaços que atendam às necessidades dos seus moradores. Um plano eficiente elaborado por uma equipe multidisciplinar que preserve o ambiente, a cultura e o patrimônio. Esse tipo de urbanização permite um sistema inclusivo.

Jacobs (2001, p. 40) dizia que o desenvolvimento urbano não consiste em apenas requalificar áreas ou preencher vazios urbanos, mas também em associar o direito à habitação ao desenvolvimento urbano. Esta associação de ações benéficas é uma forma de atender todos os fatores relacionados aos usuários do espaço e erradicar a pobreza urbana.

Essa realidade aplicada à Chicala poderia promover a valorização de um grupo social culturalmente marginalizado, incentivar um desenho urbano mais fluido e diretrizes mais inclusivas. Essa mudança será lenta e gradual, considerando que a hibridação de classes sociais em Luanda é uma atividade pouco exercida pela população Luandense por terem consolidado em suas mentes uma divisão espacial literária entre as classes.

O território da Chicala é um ponto vantajoso para essa estratégia de intervenção, pois o é atualmente um lugar aonde as pessoas de diferentes classes sociais e de diferentes bairros de Luanda frequentam para apreciar a gastronomia angolana. “As vozes de Luanda dizem que na Chicala se encontra o melhor peixe da cidade” (MOREIRA, 2014, p. 46). Ou seja, por mais que a segregação social se faça tão marcada, é pelas manifestações culturais – sobretudo a alimentação, que a integração ocorre e rompe barreiras.

3 Considerações finais

Os novos planos propostos para a requalificação urbana do bairro da Chicala desconsideram ou/e excluem uma relação com a pré-existência. Os planos claramente mostram os seguintes passos: construir uma nova cidade (ignorar bairros informais), demolir os bairros informais e regenerar o espaço.

Estes projetos apresentados como uma proposta de requalificação, em sua possível aplicação, acabariam se distanciando do conceito original do termo. Eles propõem a melhoria na qualidade de vida da população, em suas muitas camadas sociais, entretanto, o que se observa, é o mascaramento de situações conflitantes e indesejadas, e não a requalificação em si.

A proposta de demolir os bairros informais é uma solução pouco razoável, considerando todo o processo envolvido em realojar pessoas de forma em que não se rompa a identidade cultural e relação com o território. Sem a análise dos impactos dessa remoção, fica evidente o descaso urbanístico quanto as zonas de realojamento, pois tais zonas tendem a ser caracterizadas por construções homogêneas –verifica-se a existência de uma unidade paisagística.

Apesar dos bairros informais carregarem significado cultural e histórico, alguns destes, para além dos casos de Chicala I, II e III, se assentam em zonas de risco tais como no nos limites da orla, taludes rodoviários ou córregos. Nestes casos, políticas urbanas, gestão territorial e maiores preocupações com a realocação dos moradores das áreas de risco. É importante uma análise prévia de cada bairro, pois apesar de possuírem características sociais homogêneas, os bairros são culturalmente heterogêneos devido a população oriunda de diferentes regiões do país.

As intervenções tendem ser propostas para aumentar o capital, e muitos são os investimentos para tais planos. Se analisarmos com muita atenção, podemos constatar que muitos desses planos têm um orçamento exorbitante que excedem o valor de projetos de habitação de interesse social, reafirmando a desigualdade e segregação territorial existente.

Segundo Henri Lefebvre (1969), o “direito à cidade” pressupõe a luta à exclusão social e espacial. Nessa vertente a requalificação urbana é considerada como uma estratégia social lógica. Contudo, a requalificação de uma zona informal onde residem cerca de 5 milhões de habitantes, deve sofrer intervenções paulatinas. A proposta da requalificação sugerida está pautada numa elaboração de um parque urbano com estratégias que propõem infraestruturas e serviços em déficit e conceda a melhoria das condições de moradia. Esta estratégia permite a preservação e valoriza as relações sociais de convívio entre a vizinhança local, a sua estrutura social e de trabalho.

Sugere-se então, para a requalificação e preservação cultural de um bairro informal como as Chicalas, uma legislação bem elaborada visando lidar com as

condicionantes preexistentes no território de Luanda, do mesmo modo a fiscalização deste território tendo em vista a sua unidade cultural e a soberania de um modo de ser, de viver e de fazer próprio dos habitantes desta localidade.

Por isso, diretrizes urbanísticas que estabelecem diálogos com as experiências internacionais podem contribuir para a gestão do território de modo coerente e organizado, a fim de serem evitadas as ações impulsivas. Somado a isso, o aqui já repetido: a coerência mediante o cenário preexistente e o entendimento da própria cultura podem beneficiar a elaboração de diretrizes urbanísticas apropriadas ao contexto luandense.

Referencias

- ANDRÉ, Áurea Bianca Vasconcelos; POLITO, Jessica de Almeida; FILHO, Mario Marangoni. *Presença de influência da arquitetura africana na região de Casa Branca SP* In: Congresso Salvador e Suas Cores da UFBA, 11. 2018, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1KcqqGnQpH5CpWFniBy_qW36yQyogW_Za/view. Acesso em: 21 abril. 2019.
- ANGOLA E AS ANGOLANAS *Memória, Sociedade e Cultura*. Pantoja, Selma, Edvaldo A. Bergamo e Ana Claudia Silva (Coords.). São Paulo, Intermeios, 2016, p. 167-186.
- BETTENCOURT, Andrea (2011) *Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas*. Os musseques de Luanda. Isabel Raposo (orient.) Lisboa: FAUTL. Disponível a 15-1-2016, 15.30, em <http://hdl.handle.net/10400.5/3654>) Fonte, Maria Manuela Afonso; Francisco da Silva Dias *Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*, Lisboa: FA (2007).
- DA, Maria Manuela. *Urbanismo e Arquitectura em Angola*. 1. ed. Lisboa: [s. n.], 2012. 456 p. ISBN 978-989-658-169-5.
- GASTROW, Claudia (2017). "Cement Citizens: Housing, Demolition and Political Belonging in Luanda, Angola." In: *Citizenship Studies*, Vol. 21(2), pp.224-239.
- GEHL, J. *Cidades Para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HARVEY, David. *O Direito à Cidade*. Rev. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- JACOBS, Jane. *A Natureza das Economias*. Tradução: Paulo Anthero Soares Barbosa. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Centauro Editora: São Paulo 2009. p. 114-119.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: *Alternativas para a Crise Urbana*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARICATO, Ermínia. *Erradicar o Analfabetismo Urbanístico*. Revista FASE, São Paulo. Março de 2002.
- MINGAS, Angela. *A Identidade Cultural das Cidades Angolanas*. Rede Angola, Luanda, p. 1, 11 mar. 2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/a-identidade-cultural-dasfuturas-cidades-angolanas/>. Acesso em: 10 set. 2019.
- MINGAS, Angela. *Chicala não é um Bairro Pequeno*, Porto: Paulo Moreira, 2012. ISBN 978-989-20-5407-0.
- MOREIRA, Paulo. *Chicala não é um Bairro Pequeno*, Porto: Paulo Moreira, 2012. ISBN 978-989-20-5407-0.
- PANTOJA, Selma A. *Um Perfil de Luanda no Século XVIII: personagens e cotidianos*. In: Fonseca, M. N. S. e Cury, M. Z.. (Org.). *África: Dinâmicas culturais e literárias*. 1 ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

PAULININO, Ana Rita Lameirao. *A Celebração da Cultura Angolana Pela Arquitetura*.

Dissertação - Universidade de Lisboa, Lisboa. 12 fev. 2016.

ROLNIK, Raquel. *A cada remoção uma nova ocupação*. 3 Mai. 2018. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2018/05/03/a-cada-remocao-uma-nova-ocupacao/>. Acesso em: 2 Apr. 2019.

ROLNIK, Raquel. *Morar, Atuar e Viver*. Teoria e Debate, v. 1, p. 1, 1990.

ROLNIK, Raquel. *Quatro Paredes*. Rádio ONU. 1 out 2012. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2012/10/1044451/>. Acesso em: 4 Apr. 2019.

ROSA, Guilherme Carvalho. *Identidade cultural em comunidades de usuários e desenvolvedores de software livre: o Caso Debian-RS*. Dissertação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Porto Alegre/ SASSEN, Saskia. *Espaços Urbanos*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ic0uQWcv-E0>. Acesso em: 28 Feb. 2019.

VIANA, Natália. *Desconstruindo Luanda Sul*. Jornal Publica, Agência de Jornalismo Investigativo, 7 mar. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/03/desconstruindoluanda-sul/>. Acesso em: 3 abr. 2019.